

RESPOSTA TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO DA REQUISIÇÃO

SOLICITANTE: MM. Juiz de Direito Dr. Vitor Luís de Almeida

PROCESSO Nº.: 5010148412028130433

CÂMARA/VARA: JESP - 1ª Unidade Jurisdicional - 3º JD

COMARCA: Montes Claros

I – DADOS COMPLEMENTARES À REQUISIÇÃO:

REQUERENTE: JCSM

IDADE: 65 anos

DOENÇA(S) INFORMADA(S): M 19.0

PEDIDO DA AÇÃO: Artrodese de punho direito

FINALIDADE / INDICAÇÃO: Como opção de terapêutica cirúrgica eletiva, regularmente disponível na rede pública - SUS

REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL: CRMMG 79732, 47047

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: 2022.0002834

II – PERGUNTAS DO JUÍZO:

Solicita informações técnicas prévias acerca dos medicamentos/procedimentos postulados, bem como de sua pertinência à patologia apontada, tratamento prescrito e competência administrativa para sua realização.

III – CONSIDERAÇÕES/RESPOSTAS:

Conforme a documentação apresentada trata-se de paciente com diagnóstico de pseudoartrose do escafoide do punho direito, sequela de fratura do escafoide, que evoluiu com queixa algica crônico progressiva incapacitante, para o qual foi indicado tratamento cirúrgico (artrodese parcial do punho), devido à refratariedade ao tratamento conservador.

Política Nacional de Procedimentos Eletivos de Média Complexidade: o Ministério da Saúde discutiu com o Conass e Conasems, as diretrizes e estratégias para aumento de acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade, que passou a contemplar, com o financiamento via FAEC, três componentes contendo procedimentos cirúrgicos eletivos de

média complexidade distribuídos em diversas especialidades médico-cirúrgicas: I: cirurgias de catarata; II: especialidades e procedimentos prioritários (Ortopedia; Otorrinolaringologia; Urologia; Vascular; e Oftalmologia); e III: procedimentos definidos pelo gestor de saúde, ressaltando-se que devem pertencer ao grupo 04 da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, ser de média complexidade e possuir caráter cirúrgico eletivo³.

A alta Complexidade é um conjunto de procedimentos que, no contexto do SUS, envolve alta tecnologia e alto custo, com o objetivo de promover à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde (atenção básica e de média complexidade).

Foi solicitado procedimento cirúrgico eletivo contemplado pela tabela SIGTAP DATASUS, cujo financiamento é feito pela média e alta complexidade.

A) **04.08.02.003-2** – Artrodese de médias / grandes articulações de membro superior.

Descrição: Procedimento de decorticação dos componentes de média ou grande articulação do membro superior, fixação de seus componentes com material de síntese e enxertia óssea, se for o caso.

B) **04.08.02.059-8** – Tratamento cirúrgico de pseudoartrose na região metáfise-epifisária distal do rádio e ulna.

Descrição: Procedimento de recuperação anatômica das fraturas e/ou fratura-luxações dos ossos do antebraço, em sua porção metafise-epifisária, com retardo de consolidação e/ou perda óssea, quando for possível, através de procedimento aberto, curetagem do foco de fratura e enxertia autóloga, homóloga, heteróloga, fixando com material de síntese os fragmentos fraturários reduzidos e restabelecendo a integridade óssea/articular, quando for o caso.

C) **04.08.02.060-1** – Tratamento cirúrgico de pseudo-retardo / consolidação / perda óssea ao nível do carpo.

Descrição: Procedimento de recuperação anatômica das fraturas e/ou fratura-

luxações dos ossos do carpo com retardo de consolidação e/ou perda óssea, quando for possível, através de procedimento aberto, curetagem do foco de fratura e enxertia autóloga, homóloga, heteróloga, fixando com material de síntese os fragmentos fraturários reduzidos e restabelecendo a integridade óssea/articular, quando for o caso.

D) **04.08.02.056-3** – Tratamento cirúrgico de pseudoartrose / retardo de consolidação / perda óssea do antebraço.

Descrição: Procedimento de recuperação anatômica das fraturas e/ou fratura-luxações dos ossos do antebraço com retardo de consolidação e/ou perda óssea, quando for possível, através de procedimento aberto, curetagem do foco de fratura e enxertia autóloga, homóloga, heteróloga, fixando com material de síntese os fragmentos fraturários reduzidos e restabelecendo a integridade óssea/articular, quando for o caso.

A delimitação das responsabilidades / funções das esferas de governo (federal, estadual e municipal) no planejamento, no financiamento e na execução das ações e dos procedimentos de média e alta complexidade, não foi estabelecida nas normas legais maiores que constituíram o SUS.

“É Importante ressaltar que, a partir de agosto de 2013, mais de 130 procedimentos foram retirados do rol de cirurgias eletivas e passaram a integrar o elenco da estratégia de aumento do acesso aos Procedimentos Traumato-ortopédicos de Média Complexidade (TOM) Portaria GM/MS n. 880/2013 e da Linha de Cuidados do Trauma (LCT) Portaria GM/MS n. 2.343/2013”.³

“Importante ressaltar que, a partir da pactuação intergestores, os municípios referenciam sua população para tratamento em outro município ou é referenciado para receber a população vizinha, conforme sua capacidade instalada e sua necessidade. Hoje, em Minas Gerais, através da PPI eletrônica, é possível que o gestor SUS local, por motivos diversos, como por exemplo, falta/insuficiência/deficiência do atendimento às demandas pactuadas, retire suas metas físicas e financeiras (teto MAC) do município prestador, repassando-o, sob a forma eletrônica, mediante aceitação, para

outro município na base territorial da Região da Saúde ou mesmo fora dela, sem a necessidade de discussão e aprovação na CIB-CIR/CIRA. Eventuais impasses ou discordâncias poderão ser levados, em grau de recurso, diretamente para o colegiado da SES/MG.”²

No **caso concreto**, trata de solicitação de procedimento cirúrgico eletivo já contemplado pelo SUS. Refere-se estritamente a uma questão de gestão em saúde pública, que foge a finalidade do NATJUS. Cabe às secretarias estaduais e municipais de saúde organizar o fluxo de atendimento dos pacientes na rede assistencial.

IV – REFERÊNCIAS:

1) SIGTAP – DATASUS.

<http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/procedimento/exibir/0408020032/05/2022>

2) Nota Técnica nº 029/2018, Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

caosaude@mpmg.mp.br

3) Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS. Brasília 2011, 1ª edição. Atualização, junho/2015.

https://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/atualizacao-2015/L04_ASSIS-DE-MEDIA-E-ALTA-COMPL_jun2015.pdf

4) Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS. Brasília 2007, 1ª edição.

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colecao_progestores_livro9.pdf

5) Portaria nº 1.357, de 5 de julho de 2013. Altera a Portaria nº 1.340/GM/MS, de 2012, que define a estratégia de aumento do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para os exercícios dos anos de 2012 e 2013 e dá outras providências.

V – DATA:

18/05/2022

NATJUS – TJMG